

Horticultura no desenvolvimento social no Norte da Guiné-Bissau

Pedro M.P. Santos¹, Patrícia Maridalho¹, Luís Miguel Brito², Isabel Mourão²

¹Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano - ONG VIDA, Pátio do Pimenta, n.º 25, 1200-034 Lisboa, Portugal, patricia@vida.org.pt

²Centro de Investigação de Montanha (CIMO), Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Refóios, 4990-706 Ponte de Lima, Portugal, isabelmourao@esa.ipv.pt

Resumo

A Guiné-Bissau é um pequeno país da África Ocidental que, desde a independência, tem sido alvo de instabilidade política e da ausência de políticas agrárias. No país predomina uma agricultura familiar tradicional e de subsistência, devido às dificuldades de acesso aos mercados e à falta de recursos económicos da população. Os traços que caracterizam estas comunidades são o isolamento, pobreza extrema, baixa formação técnica dos agricultores, inexistência de uma cadeia de valor que facilite o escoamento dos produtos agrícolas e inexistência de um acompanhamento técnico adequado.

A ONG VIDA, a operar na Guiné-Bissau há mais de 20 anos, identificou seis aldeias da etnia felupe na Região Norte do país, em que a cultura do tomate, principalmente produzido pelas mulheres, se tem assumido como cultura de rendimento, contribuindo para garantir o sustento das famílias e a melhoria das suas condições de vida, ao nível da educação e saúde.

Com base em inquéritos individuais realizados aos agregados complementados por informação fornecida através de alguns grupos focais nestas aldeias foi possível caracterizar os seus agregados familiares e o sistema de produção agrícola praticado, assim como, identificar as principais fontes de rendimento e avaliar a produção hortícola e o mercado de comercialização do tomate existente na zona. Concluiu-se que a horticultura pode ser um fator de alívio da pobreza e dinamizadora do desenvolvimento social dentro e entre as aldeias estudadas.

Este estudo demonstra que a horticultura, como atividade agrícola de rendimento, pode contribuir para a redução da pobreza e para o investimento na educação dos filhos e como pode em simultâneo constituir-se como um mecanismo de desenvolvimento social capaz de desencadear dinâmicas sociais orientadas para o comércio.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, produção de tomate, comercialização.

Abstract

Horticulture for social development in northern Guinea-Bissau.

The Guinea-Bissau is a small country in West Africa. Since its independence, it has been the target of political instability and of agricultural policies absence. In this country, a traditional family farming system prevails, for subsistence, due to the difficulties of access to the markets and the lack of economic resources of the inhabitants. The features that characterize these communities are isolation, extreme poverty, low technical training of the farmers, the absence of a value chain that facilitates the flow of agricultural products and the lack of adequate technical support.

The NGO VIDA, operating in Guinea-Bissau for more than 20 years, has identified six villages of the felupe ethnicity in the northern region, where the tomato crop, produced mainly by women, has been taken as a cash crop, helping to ensure support for the families and to improve their living conditions, and its level of education and health.

Based on individual surveys to farmers and some focus groups organized in these villages, it was possible to characterize their households and the agricultural system used, as well as to identify the main sources of income and to evaluate their horticultural production and the existing trading market for tomatoes. We concluded that horticulture could contribute to poverty alleviation and as a dynamic driver for social development within and between the villages studied.

This study shows how horticulture, as a cash crop, can contribute to poverty reduction and investment in the education of children, and how it can simultaneously act as a mechanism of social development capable of triggering social dynamics oriented towards the market.

Keywords: Guinea-Bissau, tomato production, comercialization.

Introdução

A Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na África Ocidental, com uma população de 1,6 milhões de habitantes. Desde a sua independência (1973), este país tem sido alvo de uma constante instabilidade política, o que tem dificultado a adoção de políticas internas e o desenvolvimento de um Estado mais social e mais democrático. Atualmente é considerado um Estado Frágil (FFP, 2016), extremamente vulnerável nas áreas social, económica e política. Esta fragilidade é extensiva à agricultura, refletindo-se na falta de apoio técnico aos agricultores, na ausência de disseminação de tecnologia e de investimento na investigação, e na impossibilidade de os agricultores adquirirem equipamentos e fatores de produção que possam contribuir para a modernização e melhoria da produção agrícola local.

Perante este cenário, e num país em que mais de 70% da população depende da agricultura (INE-GB, 2014), é fácil compreender a predominância de uma agricultura familiar tradicional, de subsistência, caracterizada essencialmente pela cultura do arroz, para o consumo do agregado familiar, para além de culturas de rendimento (destacando-se o caju e as culturas hortícolas) que ajudam a complementar os meses de escassez do alimento base das famílias – o arroz.

A ONGD VIDA, a trabalhar na Guiné-Bissau há mais de 20 anos, identificou seis aldeias na região Norte do país nas quais a cultura do tomate se tem assumido como cultura de rendimento, garantindo o sustento dos agregados e aumentando a possibilidade de melhoria das suas condições de vida. O isolamento que caracteriza estas comunidades é ainda assim determinante para o estado de pobreza em que vivem. A dificuldade no acesso a informação agrícola, bem como vias de comunicação em péssimo estado (muitas das deslocações são feitas em pequenas embarcações tradicionais) inviabilizam um contacto frequente com o exterior e a criação de uma rede comercial que possibilite o acesso a fatores de produção, consequentemente dificultando também assim a própria venda de produtos agrícolas. Reconhecendo as dificuldades em que vivem estas comunidades, o projeto “*Kopoti pa cudji nô futuro*” foi desenhado com base numa estratégia social e associativa, tirando proveito do facto de estas comunidades terem já uma dinâmica coletiva muito própria e bem definida, na qual as mulheres tradicionalmente formam grupos de trabalho para as mais variadas atividades agrícolas (ex: corte palha, transplante e colheita de arroz). Neste sentido, este projeto prestou especial atenção à horticultura, por esta ser uma atividade desenvolvida pelas mulheres, e por o rendimento obtido ser gerido por elas, o que, segundo um relatório do Banco Mundial (World Bank, 2012), normalmente resulta numa maior aplicação do rendimento em proveito do agregado familiar através de educação e alimentação, quando comparado com o rendimento dos homens.

Através de financiamento da União Europeia (UE) e do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), o projeto “Kópoti pa cudji nô futuro” (em crioulo da Guiné-Bissau “*Cultivar para colher no nosso futuro*”) está a implementar atividades de desenvolvimento rural nestas aldeias. Este projeto, partindo de uma metodologia participativa e inclusiva tem como um dos seus objetivos o delineamento conjunto com as agricultoras de uma estratégia de produção e de comercialização de produtos hortícolas que vise reforçar as capacidades produtivas e comerciais destas mulheres ao mesmo tempo que são fortalecidas as relações, dentro e entre aldeias, através da criação de organismos associativos ou cooperativos e de mecanismos que assegurem um melhor relacionamento comercial e uma maior resiliência das famílias e comunidades.

Material e métodos

O projeto “Kópoti pa cudji nô futuro”, implementado pela ONGD VIDA está a ser desenvolvido no norte da Guiné-Bissau, na região de Cacheu, Setor de São Domingos, que se pode observar na figura 1, onde é possível identificar as 6 aldeias inseridas no projeto (Suzana, Bulol, Eossor, Djifunco, Elalab e Edjim). Estas aldeias localizam-se na zona costeira do norte do país, distando Suzana (capital da Secção Administrativa de Suzana) cerca de 8,5 km da costa em linha reta.

Os dados disponíveis neste estudo foram recolhidos em vários momentos distintos, ocorridos entre 2013 e 2016. Em 2013 foi realizado um primeiro diagnóstico sobre o sistema de produção e os meios de subsistência existentes nesta comunidade. Para este efeito recorreu-se a uma metodologia testada e vulgarizada pela FAO – Análise Sócio-Económica e de Género – ASEG (FAO, 2001). Um segundo momento de recolha de dados ocorreu no ano 2014 com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) no âmbito do mecanismo de apoio a projetos de cooperação para o desenvolvimento. Neste período foram desenvolvidos encontros com grupos focais (De Boef e Thijssen, 2007) compostos por mulheres produtoras de tomate nas 6 aldeias reconhecidas na zona pela sua especialização na produção de tomate. Nestes encontros foi aplicado um inquérito semi-estruturado com o objetivo de recolher dados qualitativos gerais referentes ao sistema de produção vigente em cada uma das aldeias e onde se procurou explorar de forma mais aprofundada o modo de produção e de comercialização de produtos hortícolas, bem como as principais dificuldades e constrangimentos identificados por estas mulheres. Posteriormente, estes dados foram utilizados na conceção do projeto “*Kopotí pa cudji nô futuro*” que foi aprovado e obteve financiamento através da UE e do CICL. Durante a implementação deste projeto foi realizado, entre finais de 2015 e início de 2016, um inquérito a 59 agregados familiares selecionados aleatoriamente entre as 6 aldeias abrangidas pelo projeto. Este inquérito permitiu caracterizar os agregados familiares, descrever o sistema de produção agrícola/hortícola vigente nestas comunidades e as principais dificuldades encontradas pelas produtoras, e ainda, a dinâmica social e comunitária existente e em transformação.

Resultados e discussão

Todos os agregados familiares das seis aldeias referidas pertencem ao mesmo grupo étnico, os felupes. O agregado familiar possui, em média, 7 a 8 pessoas sendo 4,3 o número médio de filhos por agregado. Quanto à escolaridade adulta (fig. 2), a taxa de alfabetização é muito baixa, aproximando-se dos 50% para o homem e sendo apenas de 10% para a mulher, o que demonstra um enorme desequilíbrio entre géneros em benefício do homem.

Ao nível dos rendimentos (auferidos através de receitas provenientes da venda de produtos ou outros), verifica-se que a totalidade das famílias identifica a venda de produtos agrícolas como a sua fonte de rendimento monetário. Apesar da maioria das famílias não

depende exclusivamente de um único produto, a horticultura destaca-se claramente das restantes produções, constituindo-se como uma das principais fontes de rendimento para 58% dos agregados familiares entrevistados (fig. 3).

O arroz destaca-se como a única cultura que é comum para todos os agregados familiares (fig. 3), sendo raras as famílias entrevistadas que vendem algum do arroz produzido, já que a maioria das famílias produz exclusivamente para consumo do agregado familiar (característica social na etnia felupe). De facto, o arroz assume-se como uma cultura de especial relevância em toda a Guiné-Bissau, sendo a base da alimentação no país, mas especialmente para os felupes, que atribuem ao arroz um papel simbólico característico da sua etnia e tradição (Linares, 1970).

Os agregados familiares inquiridos cultivam o arroz apenas na estação das chuvas, podendo distinguir-se três sistemas de cultivo distintos: o *pampam*, as *bolanhas doces* e as *bolanhas salgadas*. O *pampam* designa o arroz de sequeiro, que é produzido em zonas de floresta num sistema de agricultura itinerante no qual o terreno é normalmente desmatado e queimado para instalação da cultura e é posteriormente deixado em pousio (Ruthenberg, 1971). Na amostra deste estudo este cultivo acontece apenas na aldeia de Suzana por esta se localizar mais no interior e, por esta razão, ter acesso a uma maior área de floresta ao redor da aldeia que permite este tipo de cultivo. No caso de Suzana o período de pousio é de 6 anos em média. Quanto ao sistema de cultivo em *bolanha*, este refere-se à cultura em zonas de planície ou várzeas situadas junto à margem de rios ou do mar que ficam alagadas durante a estação das chuvas. No caso das *bolanhas salgadas* estas distinguem-se das *bolanhas doces* pelo facto de se referirem especificamente a terrenos com solos de origem aluvionar-marinha, onde predominam os solos halo-hidromórficos e os *polders* tropicais, influenciados pela água das marés e recuperados ao mar pelos agricultores (Santos et al., 2017).

Na zona de intervenção do projeto, verifica-se que o sistema de cultivo em *bolanhas doces* é comum a todas as aldeias e agricultores entrevistados (100%), ao passo que apenas 62% dos inquiridos referiram cultivar arroz em *bolanhas salgadas*. No caso do *pampam*, este é um sistema que apenas tem expressão na aldeia de Suzana (31% do total dos agregados inquiridos) tendo esta cultura um peso importante nesta aldeia onde 18 em 20 agregados afirmaram praticar este sistema de cultivo.

A produção média de arroz por agregado familiar inquirido foi de 461 kg de arroz (sem casca) por colheita anual, sendo este maioritariamente para o consumo do agregado familiar. Em relação aos principais constrangimentos/dificuldades associados à produção de arroz, 63% dos inquiridos indicaram a redução da água da chuva como uma das principais causas para a fraca produção, apesar de quase metade (47%) afirmarem que as pragas e a entrada de água salgada nas bolanhas são também responsáveis fatores limitativos da sua produção.

Um bem patrimonial comum em comunidades pobres é a criação de animais para consumo e venda. Na maioria dos casos, estes animais são criados ao ar livre, alimentando-se de forma autónoma, constituindo-se como autênticos “fundos de emergência”, apenas vendidos em casos de necessidade extrema (Thurow, 2013). No caso dos agregados entrevistados, verifica-se que, apesar de os felupes serem um povo agro-pastoril, no qual o gado bovino se assume como uma medida da riqueza do agregado (Vasconcellos, 2010), os agregados em geral não possuem muitas cabeças de gado bovino (média de 3,6 por agregado) como acontece com outras etnias (Santos, 2014). Quanto aos restantes animais de criação (nomeadamente suínos e galináceos) verifica-se que apesar de o número de animais por família ser reduzido (3,5 no caso dos suínos e 5,3 no caso dos galináceos) a grande maioria das famílias (90%) os produz.

Em termos de património (ou riqueza) do agregado verifica-se que a população é muito pobre (generalidade das famílias da região do projeto), vivendo a maioria (85%) em casas tradicionais com telhado de palha e sem acesso a latrina (76%) (fig. 4). Em contraste, todos os agregados entrevistados têm acesso a telemóveis, mais do que um por agregado (2,9 telemóveis em média por agregado), e o segundo maior investimento é feito em bicicletas (36% dos inquiridos) e rádios (36%), o que pode estar associado ao isolamento destas aldeias, já que todos estes equipamentos permitem uma maior capacidade de comunicação (e deslocação no caso da bicicleta) com o exterior.

Verificou-se que o acesso a informação, mesmo que informal, é muito residual, e que não existe qualquer tipo de extensão rural. No que respeita a formação agrícola apenas 11 famílias (19% das famílias entrevistadas) referiram ter participado, pelo menos uma vez, numa formação em agricultura, mais concretamente em horticultura. Quando questionados sobre o tipo de formação e conhecimentos que gostariam de adquirir de forma a poder melhorar a sua produção agrícola, os agricultores referiram principalmente a necessidade de formações ligadas à produção orizícola, nomeadamente através de novas técnicas de cultivo de arroz (39%), e gestão hidráulica (44%), na ótica da construção e manutenção dos diques dos arrozais. Não obstante, foi interessante observar que a seguir ao arroz, o tema identificado como mais relevante foi a horticultura (29% dos inquiridos) e a aprendizagem de novas técnicas ou culturas agrícolas (15%).

O inquérito realizado no âmbito deste projeto permitiu identificar um conjunto de aldeias produtoras de culturas hortícolas, principalmente de tomate mas também de outras culturas, tais como as malváceas *Candja* (*Hibiscus esculentum*) e *Baguitche* (*Hibiscus sabdariffa*) e a cebola, culturas produzidas em todas as aldeias como se pode observar na figura 5. No entanto, é interessante verificar que apesar de as agricultoras produzirem uma variedade considerável de hortícolas, o tomate destaca-se como a cultura de rendimento por excelência, sendo a única cultura vendida em todas as aldeias. Nesta região, a cultura do tomate é produzida mais tarde, quando comparado com outras regiões do país, o que leva a que durante os meses de maio a julho haja uma campanha de tomate trazendo intermediárias de outras zonas do país e inclusive do Senegal a adquirir tomate nesta zona para abastecerem outros mercados.

Conclusões

Nas aldeias estudadas predomina o isolamento, a pobreza extrema e a insegurança alimentar, sendo o Estado visto como uma entidade que apenas atua nos centros urbanos.

A horticultura, atividade desenvolvida e gerida esmagadoramente por mulheres, é uma atividade que contribui para diminuir os momentos de dificuldade e de escassez de alimentos nas famílias e que contribui para o investimento na alimentação e na educação.

A ONGD VIDA, tendo feito um levantamento das dificuldades que estas agricultoras enfrentam através do envolvimento e inclusão das comunidades na identificação de problemas e de pesquisa de soluções, propôs em conjunto com a associação de mulheres UBOMAL, apoiar estas comunidades através de um projeto de desenvolvimento rural que permitisse dar resposta aos problemas identificados pelas próprias comunidades. Este projeto propõe-se assim a desenvolver atividades que: (i) capacitem as agricultoras em boas práticas agrícolas e técnicas melhoradas; (ii) promovam o associativismo; (iii) apoiem a reestruturação e delineamento com as agricultoras da sua estratégia comercial relativamente à cultura do tomate; (iv) capacitem jovens agricultoras para acompanhamento da produção e escoamento dos produtos agrícolas; e (v) promovam a investigação em meio rural junto das agricultoras e a partilha de resultados com instituições de pesquisa e outros atores.

Uma maior e melhor organização de carácter associativo ou cooperativo permitirá minimizar custos de transporte e aumentar a capacidade coletiva de investimento, como por exemplo a compra ou aluguer de uma viatura – marítima ou terrestre – que possibilite o transporte dos produtos hortícolas para unidades de armazenamento e destas para os pontos de venda. Esta união/cooperação entre agricultoras e entre aldeias poderá também oferecer a estas agricultoras uma maior capacidade de negociação do preço de venda do tomate e até eventualmente na possibilidade de celebração de um contrato com alguma empresa de transformação deste produto.

O primeiro ano de implementação do projeto contou desde logo com dois momentos de especial relevância que são indicadores credíveis de que uma estratégia associativa deste género poderá ser possível. Um primeiro momento foi a notícia de que as líderes das mulheres de cada aldeia beneficiária marcaram um encontro entre elas com o objetivo de fixar um preço de venda do tomate para a campanha agrícola de 2016, de modo a uniformizar esse preço para que todas possam vender ao mesmo valor. O segundo foi a descoberta de que, após a entrega de sementes melhoradas e de materiais agrícolas nas várias aldeias, as agricultoras de cada aldeia se reuniram e decidiram que, em vez de distribuírem estes artigos entre elas, seria melhor reunirem esforços para a criação de hortas comunitárias que contassem com a contribuição de todas as horticultoras da aldeia e que a receita proveniente da venda da colheita dessas hortas fosse posteriormente dividida entre elas. Estas afirmaram ainda que o rendimento obtido com a venda da produção destas hortas comunitárias será utilizado apenas para fins comunitários, como por exemplo o pagamento dos professores ou a reparação da escola ou de outras infraestruturas coletivas.

Estes sinais, provenientes do interior das próprias comunidades, demonstram o papel preponderante da horticultura no seu seio e o papel que esta atividade assume como motor de desenvolvimento económico tanto ao nível individual como coletivo, mas também como um mecanismo de desenvolvimento social capaz de desencadear dinâmicas sociais orientadas para o comércio.

Referências

- De Boef WS e Thijssen MH. 2007. Participatory tools working with crops, varieties and seeds. A guide for professionals applying participatory approaches in agrobiodiversity management, crop improvement and seed sector development. Wageningen UR Centre for Development Innovation, Wageningen, 83 p.
- FAO. 2001. Manual de trabalho de campo – Programa de análise sócio-económica e de género. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma, 145 p.
- FFP. 2016. Fragile States Index 2016. Fund For Peace. <http://fsi.fundforpeace.org/2016-guineabissau>.
- INE-GB. 2014. Estatísticas Básicas da Guiné-Bissau. Instituto Nacional Estatística da Guiné-Bissau, 46 p.
- Linares OF. 1970. Agriculture and Diola Society. In: PFM McLoughlin (ed.), African food production: systems, cases, theories. Baltimore, Johns Hopkins Press, 195-227.
- Ruthenberg H. 1971. Farming Systems in the Tropics. Oxford, Clarendon Press, 313 p.
- Santos P. 2014. Culturas de rendimento e segurança alimentar no Leste da Guiné-Bissau. Tese de mestrado, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra, 80 p.
- Santos MP, Maridalho P, Brito LM e Mourão I. 2017. Horticultura no Norte da Guiné-Bissau: o projeto “Kópoti pa cudji nô futuro”. Revista AGROTEC, Publinústria, 22, 56-62.
- Thurow R. 2013. The last hunger season: a year in an African farm community on the brink of change. First Trad., Nova Iorque, PublicAffairs, 328 p.

Vasconcellos F. 2010. Segurança Alimentar, degradação ambiental e estratégias de coping – Um estudo de caso no chão Jool/Felupe (Guiné-Bissau). Tese de mestrado, ISCTE, Universidade de Lisboa, 80 p.

World Bank. 2012. World Development Report 2012: Gender Equality and Development. The World Bank, Washington, DC, 426 p.

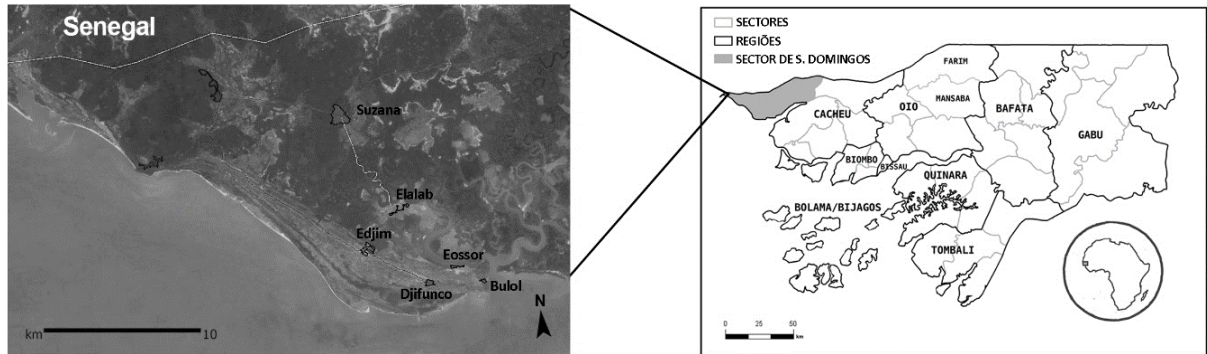


Figura 1 - Mapa da Guiné-Bissau e área do projeto “Kópóti pa cudji nô futuro”, da ONGD VIDA.

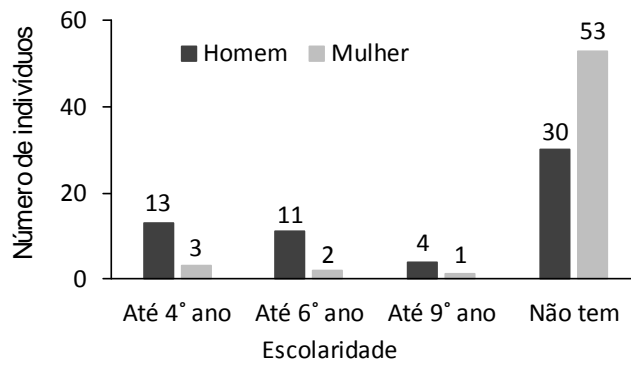


Figura 2 - Escolaridade dos progenitores dos agregados familiares inquiridos, no âmbito do projeto “Kópóti pa cudji nô futuro”, da ONGD VIDA.

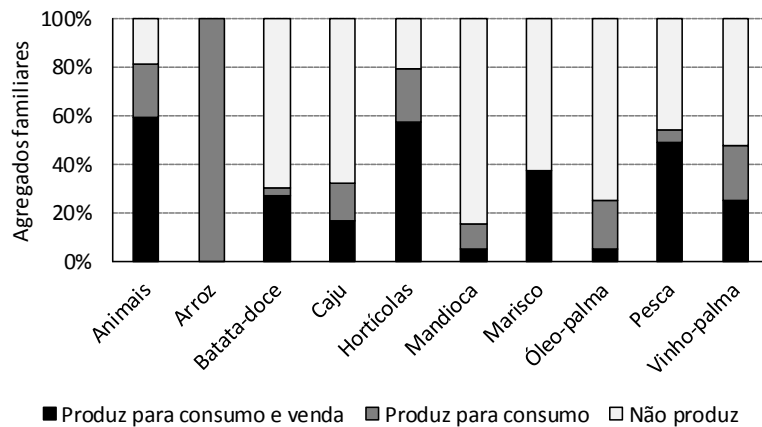


Figura 3 - Percentagem dos agregados familiares que possuem animais e diferentes culturas vegetais, para venda ou exclusivamente autoconsumo, no âmbito do projeto “Kópóti pa cudji nô futuro”, da ONGD VIDA.

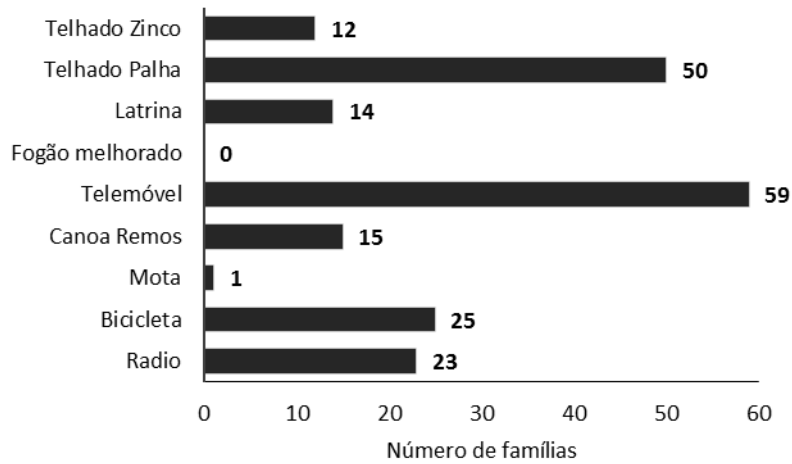


Figura 4 - Bens do agregado familiar e principais indicadores de riqueza das 59 famílias inquiridas, no âmbito do do projeto “Kópóti pa cudji nô futuro”, da ONGD VIDA.

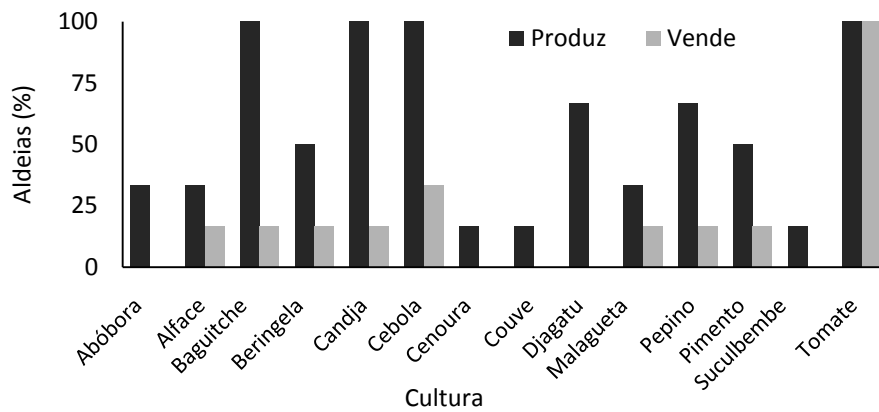


Figura 5 - Espécies hortícolas cultivadas e vendidas nas aldeias beneficiárias do projeto “Kópóti pa cudji nô futuro”, da ONGD VIDA.